



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 31 • 22 a 28/10/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise

27/10/2006 - Novo primeiro-ministro japonês: posturas, desafios e perspectivasp.01

O novo primeiro-ministro japonês, oriundo da ala mais conservadora do partido majoritário do país, toma posse em meio a discursos nacionalistas, ao mesmo tempo em que o país enfrenta desavenças com relação à China e a Coréia do Norte explode artefato nuclear.

Resenha

22/10/2006 - Resultado eleitoral no México dá vitória a partidário de Vicente Fox e provoca perturbações na política externa da Venezuela.....p.07

Justiça mexicana confirma Calderón, partidário de Fox, como presidente. Apesar disso poder significar uma continuidade na política doméstica, representa, também, um desdobramento contrário ao que parece ser uma tendência no âmbito da América Latina: a eleição de governos populistas e de esquerda. Os resultados eleitorais na Colômbia e no México passam a ter grande influência no que tange à atuação da Venezuela na região e às suas divergências com Washington.

Novo primeiro-ministro japonês: posturas, desafios e perspectivas

Análise
Segurança / Integração Regional

Tiago Cerqueira Lazier
27 de outubro de 2006

O novo primeiro-ministro japonês, oriundo da ala mais conservadora do partido majoritário do país, toma posse em meio a discursos nacionalistas, ao mesmo tempo em que o país enfrenta desavenças com relação à China e a Coreia do Norte explode artefato nuclear.

Com apenas 13 anos de experiência pública, Shinzo Abe, 52 anos, se tornou o primeiro-ministro japonês mais novo desde a Segunda Guerra Mundial. Abe assume o Japão em um momento de boas perspectivas econômicas, mas grandes desafios políticos internos e externos à frente.

Sistema Político e Eleitoral

O Japão apresenta um sistema de governo parlamentar, sendo que o cargo de chefe de estado é ocupado pelo Imperador, cuja titularidade se transmite de forma hereditária.

O sistema parlamentar é bicameral, a câmara baixa, denominada Casa dos Representantes (CR), é composta por 480 cadeiras, e a câmara alta, a Casa dos Conselheiros (CS), é composta por 242 cadeiras. Cabe ao legislativo eleger o chefe do governo, que será responsável pela constituição do gabinete executivo. No entanto, a constituição japonesa exige que o primeiro-ministro comande a maioria do parlamento. Normalmente, o líder do partido majoritário se torna primeiro-ministro.

As eleições japonesas para os cargos

parlamentares não ocorrem na mesma data. Assim como a eleição indireta para primeiro-ministro (no âmbito do legislativo) nem sempre acompanha as eleições parlamentares. A última eleição para a Casa dos Representantes ocorreu em 11 de setembro de 2005 e a última eleição para a Casa dos Conselheiros ocorreu no dia 11 de julho de 2004.

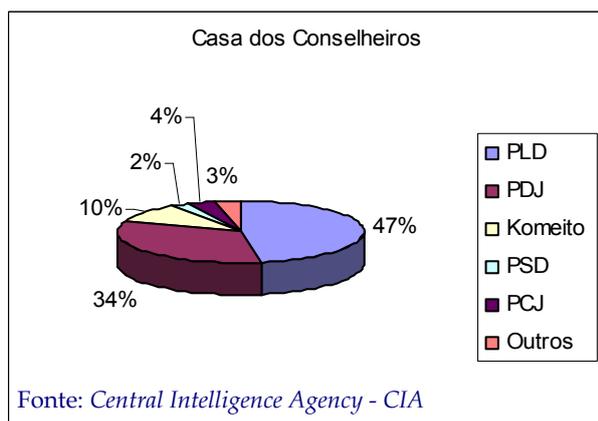
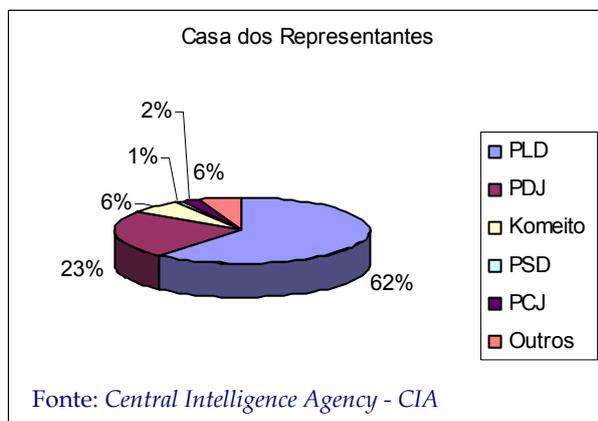
A corrida eleitoral de 2006 para primeiro-ministro se limitou aos três candidatos do Partido Liberal Democrático (PLD) disputando a vaga de líder do partido. Além do PLD, partido majoritário com 296 e 115 cadeiras, respectivamente, na câmara baixa e na câmara alta, os principais partidos são: Partido Democrático do Japão (PDJ), Komeito, Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Comunista do Japão (PCJ). O número de cadeiras de cada partido nas duas câmaras pode ser verificado na tabela abaixo.



Distribuição de cadeiras no âmbito das câmaras legislativas

	CR	CS
PLD	296 cadeiras	115 cadeiras
PDJ	113 cadeiras	82 cadeiras
Komeito	31 cadeiras	24 cadeira
PCJ	9 cadeiras	9 cadeiras
PSD	7 cadeiras	6 cadeiras
Outros	27 cadeiras	8 cadeiras

Fonte: Central Intelligence Agency - CIA



Como podemos ver pela tabela e pelos gráficos, o PLD possui ampla maioria na Casa dos Representantes (CR) com 62% das cadeiras, sendo o maior partido também na Casa dos Conselheiros, com 47% das cadeiras. A supremacia do PLD faz parte da história política do Japão pós-

Segunda Guerra. Apenas por uma vez o primeiro-ministro japonês não foi um membro do PLD: durante 11 meses entre 1993 e 1994.

O ex-Primeiro-Ministro e líder do PLD, Junichiro Koizumi, comandou o país por 5 anos e apresentava altos níveis de popularidade assim como Abe. Koizumi, que desde 2005 já havia anunciado sua saída em 2006 com o término de seu mandato como líder do partido, promoveu em final de outubro de 2005 dois políticos de direita, que viriam a ser candidatos ao cargo de líder do PLD e conseqüentemente de primeiro-ministro. Os promovidos foram: Abe, conhecido por sua postura incisiva frente à Coreia do Norte, que se tornou porta-voz do governo e Taro Aso, que se tornou Ministro das Relações Exteriores. Ambos não escondiam sua posição nacionalista e já davam mostra de como seria o perfil do próximo primeiro-ministro.

A vitória de Abe, que contou com o apoio de Koizumi, fora antecipada por analistas políticos. A campanha pela liderança do partido iniciada, em 9 de setembro de 2006, durou pouco mais de uma semana. As eleições partidárias ocorreram no dia 20 de setembro e consagram Abe como líder do partido, e conseqüentemente primeiro-ministro, confirmado pela votação no parlamento alguns dias depois.

Além de Aso e Abe, o sufrágio interno contou com um terceiro candidato, Sanakuzo Tanigaki - então Ministro das Finanças, de postura mais moderada cuja plataforma política focava na retomada do diálogo com países asiáticos, especialmente com a China, cuja relação estava abalada no mandato Koizumi.

Interessante notar que os três candidatos são oriundos de famílias com participação na política nacional. Tanigaki é filho de Senichi Tanigaki, ex-Ministro da Educação; Aso é neto do primeiro Chefe de Governo japonês pós-guerra, Shigeru Yoshida, e genro do também ex-Primeiro-

Ministro Zenko Suzuki; e Abe é filho de Shintaro Abe, ex-Ministro das Relações Exteriores, e neto de Nobusuke Nishi, ex-Primeiro-Ministro no período de 1957-1960.

Na eleição interna do PLD, votam os 403 parlamentares e mais 300 representantes locais dos mais de 1 milhão de associados ao partido. Abe obteve 464 votos do total de 703.

O Perfil de Shinzo Abe

Abe é oriundo de uma tradicional família de políticos de postura conservadora. Seu avô, Nishi, chegou a ser preso pelos estadunidenses como prisioneiro de guerra, mas acabou sendo inocentado, e se tornou Primeiro-Ministro entre 1957-1960. Na década de 1930, Nishi havia sido um dos administradores da região da Manchúria, na China, que então estava ocupada pelo Japão. Nishi foi o primeiro Chefe de Governo a defender mudanças na constituição pacifista do Japão.

Abe, retomando a luta de seu avô, defende a revisão da constituição – vista como um legado da ocupação estadunidense pós-guerra. O atual primeiro-ministro ganhou notoriedade em 2002, com sua atitude de crítica ao governo por não tomar atitude frente aos seqüestros de cidadãos japoneses pela Coreia do Norte durante a Guerra Fria. Seu primeiro cargo de alto escalão, o qual ocupou por alguns meses, foi exatamente o de porta voz do governo.

A eleição de Abe, segundo analistas, se deveu a sua forte popularidade, posição conservadora e apoio de Koizumi. Segundo Tsuneo Watanabe, do Instituto Mostui de Estudos em Estratégia Global, Abe terá uma difícil tarefa pela frente: equilibrar as diversas facções internas ao PLD, por não ser líder de uma facção e não ter acumulado muitos favores políticos em função de seu pouco tempo de vida pública.

Após vencer o pleito interno ao PLD, Abe

foi eleito como Primeiro-Ministro no dia 26 de setembro, obtendo 339 dos 476 votos da Câmara Baixa, vitória que se confirmou na Câmara Alta.

Posturas, Desafios e Perspectivas

No âmbito doméstico, Abe defende medidas sociais e a retomada de um programa de educação que incentiva o patriotismo. Assume o país em boas condições econômicas, depois de 15 anos de baixíssimo crescimento e deflação.

A economia tem crescido mais que 2% ao ano e a deflação dá sinais de que não voltará – o que levou o governo, em julho de 2006, a elevar os juros para 0,25%. Ressalte-se que as taxas de juros no país eram quase zero. O consumo tem aumentado e os bancos se mostram dispostos a emprestar. Por outro lado, a dívida pública é muito alta, ultrapassando 170% em relação ao valor do Produto Interno Bruto (PIB), o que poderia indicar uma necessidade de aumento de impostos, mas Abe se diz disposto a cortar gastos. No geral, as perspectivas econômicas são boas, à medida que o fantasma da deflação começa a desaparecer.

Os grandes desafios que Abe irá enfrentar são no campo político, mais especificamente nas Relações Exteriores. Conforme mencionado, uma das grandes metas de Abe, segundo suas próprias palavras, é promover um Japão “forte e normalizado”, com “uma diplomacia mais ativa”, e para isso o Primeiro-Ministro se comprometeu em um prazo de 5 anos (duração de seu mandato como líder do partido) a reformar a constituição que considera pacifista e desatualizada por ter sido gestada durante o período da ocupação estadunidense.

A atual constituição japonesa coloca restrições às ações militares do país, que pode apenas utilizar suas tropas para se defender de ataques proferidos por outro. Abe afirma que pretende alterar as

cláusulas pacifistas da constituição para que o Japão possa se envolver em conflitos internacionais, participando de forças de paz, bem como defender seus aliados; em outras palavras, assumir seu papel de potência. Vale lembrar que durante o mandato de Koizumi, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, o Japão enviou tropas não-combatentes para o Iraque. Uma atitude que muitos japoneses consideraram inconstitucional.

Analistas temem que esta postura militar mais ativa do país em um contexto de atritos com China, Coreia do Sul e Coreia do Norte poderia levar a uma corrida armamentista na região. No entanto, é necessário cautela diante de uma afirmação como esta.

Como coloca o ex-Vice-Ministro de Relações Exteriores e atualmente analista do instituto russo de Economia Mundial e Relações Internacionais, Gueorgui Kunadze, a revisão da constituição japonesa, que renuncia a guerra, seria a atitude normal de um país soberano: “Não há nada terrível nisso. O Japão pode assumir um papel mais relevante e ativo no âmbito militar sem afetar os interesses da Rússia”.

Em outras palavras, é possível dizer que o Japão pode assumir uma maior preponderância militar, a qual tem direito como Estado soberano, e que segundo os preceitos e racionalidade do sistema internacional seria esperado de um país que possui a segunda maior economia do mundo, sem que sua ação seja necessariamente vista como um afronta aos demais países da região.

A mudança de postura militar japonesa vem sendo sinalizada desde o ano passado com a assinatura de um acordo militar com os Estados Unidos. Este se comprometeu a retirar 7.000 soldados do Japão e a desenvolver um sistema de defesa antimíssil, enquanto que o Japão se comprometeu a permitir o atracamento de submarinos nucleares estadunidenses em todos os portos do país.

Na ocasião, políticos japoneses haviam se manifestado a favor da retirada de toda as bases estadunidense da região [ver: [Nova Postura Militar do Japão](#)]. No entanto, mesmo que Abe adote uma postura militar mais forte, o que, segundo analistas, é esperado, os laços militares com os Estados Unidos devem se fortalecer, tendo em vista as suas relações instáveis com países da região.

Mesmo que a situação na região não necessariamente levará a uma corrida armamentista, existem razões para nos preocuparmos com a estabilidade da mesma, tendo em vista o contexto político mais amplo.

Em primeiro lugar, apesar de serem grandes parceiros comerciais, China e Japão apresentam relações tensas. Por um lado, empresários japoneses irão pressionar por uma relação mais harmônica com a China, por outro os eventos históricos e recentes demonstram um alto grau de animosidade.

Atritos existem no governo e na população chinesa em função: da antiga postura militar expansionista do Japão que ocupou a China durante décadas e realizou massacres; da não menção dos massacres nos livros didáticos japoneses; de disputas sobre fronteiras marítimas, em uma região rica de petróleo e gás natural; das relações oficiais do Japão com Taiwan – território sobre o qual a China afirma soberania; da oposição chinesa com relação à entrada do Japão como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) [ver: [Disputas entre China e Japão](#)]. Atritos estes que em 2005 chegaram a se manifestar de forma violenta em protesto na China, quando foram apedrejados estabelecimentos japoneses.

Ademais, as visitas de Koizumi ao santuário de Yasukuni, dedicado a soldados e civis que morreram servindo ao Japão são consideradas uma ofensa tanto pela China como pela Coreia do Sul. No local, são homenageados 14

criminosos de guerra que atuaram durante a Segunda Guerra Mundial.

Abe, que enquanto porta-voz do governo defendia as visitas, desde que se elegeu Primeiro-Ministro evitou falar no assunto. A China exige explicitamente que as visitas não mais ocorram como um sinal de rejeição ao passado militar japonês. A mudança de atitude pode ser vista também com relação aos pedidos de desculpas pelas atrocidades cometidas na guerra. Abe recentemente pediu desculpa pelos mesmos, uma atitude anteriormente considerada desnecessária, por já ter sido feita várias vezes no passado.

Não obstante, analistas lembram que Abe se apresenta como fruto de uma nova safra de políticos que não viveram a guerra e não se sentem responsáveis por ela.

Independentemente das desavenças, os dois países se mostram dispostos a cooperar. A China acolheu o resultado eleitoral japonês com a expectativa de que as relações melhorem. Abe, a seu turno, se diz disposto a estreitar os laços tanto com a China, quanto com a Coreia do Sul.

Com intuito de sinalizar esta aproximação, nos dias 8 e 9 de outubro, realizou sua primeira visita oficial como primeiro-ministro exatamente a estes dois países. Nos encontros, promessas de melhorar a relação foram feitas.

Ainda no que tange às ameaças à estabilidade na região, podemos citar a explosão do artefato nuclear norte-coreano no dia 9 de outubro. Apesar de sua precariedade e de não ser pequeno o suficiente para ser colocada em um míssil, a nova tecnologia norte-coreana representa um risco inegável ao Japão. Vale notar que ano passado um míssil vindo da Coreia do Norte, que possui um programa de desenvolvimento de mísseis, sobrevoou o Japão. Ademais, testes realizados este ano pelo primeiro, fizeram com que diversos mísseis caíssem perto do segundo.

A reação dos países da região foi de rejeição completa ao empreendimento norte-coreano. Mesmo a China, tradicional aliada da Coreia do Norte, haveria concordado com uma postura mais forte frente ao país. No entanto, seu posicionamento é claramente menos incisivo do que o japonês, já que a China, um dos responsáveis pelo fornecimento de alimentos e petróleo à Coreia do Norte, poderia interromper o abastecimento para pressionar a Coreia do Norte a rever suas posturas. O Japão, por sua vez, tem adotado diversas sanções contra a Coreia do Norte.

Segundo analistas, para a China, ao mesmo tempo em que rejeita a posse de tecnologia nuclear pela Coreia do Norte, não lhe interessa o colapso do regime ditatorial do país, que poderia levar à unificação coreana sob a liderança da Coreia do Sul. Assim, a China temeria a unificação, pois esta poderia minar sua influência na região em favor dos Estados Unidos, já que a Coreia do Sul encontra-se sob influência estadunidense. Assim, a China se mostrou contra a explosão nuclear norte-coreana, mas não apóia o fim do regime.

O problema nuclear na região ganhou força com a afirmação de Taro Aso, que continua como Ministro das Relações Exteriores, de que o Japão deveria iniciar um debate público sobre a posse ou não de armas nucleares. Algumas horas depois, Abe afirmou que o debate já estava encerrado e que esta possibilidade não existia.

Em reunião com a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, Aso reforçou a não pretensão japonesa de desenvolver armamentos nucleares. Analistas dizem que as memórias da guerra fazem com que a grande maioria da população seja contra armas nucleares. Apenas uma minoria da extrema direita seria favorável ao seu desenvolvimento. Rice, aproveitou a oportunidade para afirmar que os Estados Unidos está

comprometido e têm condições de velar pela segurança do Japão.

São estes os dois grandes desafios (relação com a China e com a Coreia do Norte) que Abe terá pela frente como Primeiro-Ministro japonês. Assim, Abe parece querer conciliar uma Política Externa mais expressiva, que estaria de acordo com o peso econômico do Japão – inclusive com maior participação militar nos cenários conflitivos – com a necessidade de se melhorar o relacionamento regional, especialmente com a China. Por outro lado, ao mesmo tempo em que busca maior autonomia para empreender ações militares, até o presente momento, Abe não sinalizou nenhuma intenção de desenvolver armas nucleares. Parece, portanto, confiar na proteção oferecida pelos Estados Unidos.

Os desdobramentos futuros dependerão dessas várias cadeias de inter-relação. Abe se mostrou disposto a amenizar seu discurso nacionalista e de se aproximar da China, mas o comportamento futuro dessas potências ainda é imprevisível. A concretização de uma postura militar mais ativa do Japão, pode não ser bem aceita pela China, que até hoje acusa o Japão de não se arrepender de seu passado expansionista. Em uma situação como esta, caso o Japão perceba como insuficiente a proteção estadunidense e resolva desenvolver a bomba nuclear para se proteger da Coreia do Norte, muito provavelmente teria início uma corrida armamentista na região.

Em um outro cenário, no entanto, a China poderia adotar uma postura parecida com a do ex-Vice-Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Gueorgui Kunadze, ao defender que uma Política Externa Japonesa mais incisiva, não necessariamente será vista como uma ameaça aos interesses de seu país.

Mesmo em um cenário mais ameno como este, os desdobramentos da crise norte-coreana terão um impacto fundamental no jogo de poder da região. Na medida em

que o Japão continue confiando sua proteção aos Estados Unidos, e decida por não possuir armamentos nucleares, há maior possibilidade de se evitarem maiores dificuldades no relacionamento entre China e Japão. Assim, o comportamento e a relação de atores-chaves, tais como: Estados Unidos, China, Coreia do Norte e Japão serão fundamentais na determinação do futuro da região.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

CIA

<http://www.cia.gov>

CNN

<http://www.cnn.com>

Council of Foreign Relations

<http://www.cfr.org>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

Ver também:

06/05/2005 - [Disputa entre China e Japão.](#)

17/06/2005 - [A China e a reforma do Conselho de Segurança da ONU](#)

18/11/2005 - [Nova postura militar do Japão.](#)

23/03/2006 - [Japão e China retomam diálogo sobre reservas energéticas.](#)

24/03/2006 - [Nova parceria entre China e Rússia.](#)

Resultado eleitoral no México dá vitória a partidário de Vicente Fox e provoca perturbações na política externa da Venezuela

Resenha
Desenvolvimento

Wesley Robert Pereira
22 de outubro de 2006

Justiça mexicana confirma Calderón, partidário de Fox, como presidente. Apesar disso poder significar uma continuidade na política doméstica, representa, também, um desdobramento contrário ao que parece ser uma tendência no âmbito da América Latina: a eleição de governos populistas e de esquerda. Os resultados eleitorais na Colômbia e no México passam a ter grande influência no que tange à atuação da Venezuela na região e às suas divergências com Washington.

As eleições presidenciais realizadas no México, em 02 de julho de 2006, obtiveram um resultado dois meses depois, em 06 de setembro, com a confirmação de Felipe Calderón Hinojosa como presidente. Essa demora deveu-se a uma disputa judicial entre os dois principais candidatos – um tido como de direita e outro de esquerda – cuja decisão coube ao Tribunal Federal Eleitoral do México. O atual Presidente, Vicente Fox Quesada, apoiou Calderón, que ocupava a pasta de Ministro de Energia em sua gestão, e que renunciou para concorrer ao pleito.

A disputa judicial entre Calderón e seu adversário de esquerda, Andrés Manuel López Obrador, teve início em 09 de julho, quando este solicitou revisão nas eleições presidenciais ao Tribunal Eleitoral. Obrador acusou a existência de fraude nas eleições alegando, como evidência, a participação de Fox na campanha de

Calderón e do Conselho Coordenador Empresarial (CCE) a favor do mesmo. Um resultado final, que foi contestado por Obrador, indicava Calderón com 35,89% dos votos enquanto Obrador obteve 35,33%, uma vantagem pequena de 0,56%, ou seja, algo próximo de 240 mil votos. Com essa situação, o Tribunal teria até o último dia de agosto para decidir por uma recontagem ou não dos votos. Deveria também emanar uma resolução, até 06 de setembro de 2006, declarando, segundo os resultados computados, Calderón como presidente ou, então, decidindo pela anulação do pleito.

Em 31 de agosto de 2006, o Tribunal manifestou-se contrário à recontagem dos votos solicitada por Obrador. Permanecendo a contagem dos votos e com algumas recontagens parciais, o Tribunal, em 06 de setembro de 2006, declarou Calderón como presidente do país, decisão esta que é inapelável nas

instâncias do Judiciário do México. A cerimônia de posse do presidente eleito será em 1º de dezembro de 2006.

Em entrevista a Isabel Salmerón, colunista da revista mexicana SIEMPRE, Germán Pérez Fernández Castillo – ex-conselheiro eleitoral do Tribunal – comentou a resolução a favor de Calderón. Para Castillo, é problemático concluir se Fox e o CCE agiram de maneira fraudulenta na campanha eleitoral. O argumento da juíza Berta Alfonsina Navarro na resolução foi de que a “intervenção foi assimilada em um momento determinado pelo eleitorado que não é ignorante e pode avaliar o peso específico [da intervenção]”. Contrariamente, Castillo defende que não há como saber ao certo qual foi o “peso específico” dessas intervenções traduzido em número de votos.

A ditadura unipartidária do PRI e sua perda de poder

O sistema político mexicano, durante a maior parte do século XX, esteve sob controle do Partido Revolucionário Institucional (PRI). O PRI dominou os governos sucessivos pós-1929 até sua sucessão em 2000 pelo Partido da Ação Nacional (PAN) de Fox, o mesmo partido do presidente recém eleito Calderón. O PRI tende a ser identificado como de centro-esquerda, enquanto que o PAN é de centro-direita. O Partido Revolucionário Democrático (PRD) surgiu a partir de uma dissidência da ala esquerdista do PRI em 1989. Esses três partidos constituem a força majoritária na política do país e possuem grande influência no Congresso, como mostra a tabela abaixo, indicando, inclusive, perda de poder do PRI em favor do PAN e do PRD.

Deputados e Senadores eleitos no período de 2000 a 2006¹

Cargo/ Período	Participação dos Partidos				
	PAN	PRI	PRD	PV	Outros
Senadores/ 2000-06	46	60	16	5	1
Senadores/ 2006-12	52	33	29	6	8
Deputados/ 2000-03	154	223	96	17	10
Deputados/ 2006-09	208	104	125	-	63

Fonte: *Senado de la República e Cámara de Diputados do México.*

O sistema eleitoral mexicano

O cargo de vice-presidente é inexistente, sendo que o cargo de presidente, tal qual o dos senadores, é exercido por um período de seis anos. A eleição para presidente se define já no 1º turno. O sistema legislativo do país é bicameral com Senado e Câmara dos Deputados compreendendo, respectivamente, 128 e 500 autoridades políticas. Os deputados têm mandato de três anos. Às autoridades políticas mexicanas – deputados, senadores e presidente – não é dado o direito de se reelegerem por dois mandatos consecutivos.

O México possui a segunda maior população da América Latina, sendo superado apenas pelo Brasil. No país há 107,5 milhões de habitantes dos quais mais de 71 milhões são eleitores registrados. A eleição presidencial contou com a participação de 41,6 milhões de eleitores. O voto é obrigatório a todos os cidadãos acima de 18 anos.

¹ Não estava disponível, nos sites pesquisados, os dados sobre os deputados, classificados por partidos, durante o período de 2003 a 2006. Além disso, há divergências entre as fontes quanto ao referido número. Ressalte-se, ainda, que é comum a troca de partidos pelos parlamentares mexicanos durante seus mandatos.

Tendências políticas na América Latina

Apesar da vitória de um candidato conservador no México, observa-se que o ambiente eleitoral latino-americano vem sendo marcado pela eleição de políticos esquerdistas e populistas. As eleições de 2005 e 2006 na Bolívia [ver [Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul](#)], Chile [ver [Resultado final das eleições no Chile](#)] e Peru [ver [Alan García é eleito presidente do Peru](#)] mostram uma tendência à esquerda.

O Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, é um dos maiores expoentes do populismo latino-americano. O grupo populista conta ainda com a participação de Evo Morales, da Bolívia, e de Fidel Castro, que mesmo afastado do poder – por motivos de saúde – continua ditando a tônica da política doméstica. Na busca de fortalecer as relações com países da América Latina, Chávez, em 9 de outubro de 2006, enviou 350 mil barris de petróleo à Nicarágua. Em artigo, Rory Carroll, correspondente do jornal *The Guardian*, argumenta que a iniciativa teve a intenção de aliviar os cortes de energia em regiões pobres da Nicarágua, bem como de mostrar os benefícios de uma aproximação desse país à Venezuela. Em novembro de 2006, a Nicarágua irá realizar eleições presidenciais e Chávez espera conseguir que o sandinismo² volte

ao poder com o candidato da Frente de Libertação Nacional Sandinista (FLNS), Daniel Ortega, que lidera as pesquisas para a presidência. Já no mês seguinte, Chávez tentará dar continuidade à sua política externa.

Contudo, já se sabe que dois eventos no ano foram contrários ao que parece ser uma tendência política na América Latina. A eleição do partidário de Fox no México, Calderón, confere a Washington um aliado no trato de suas divergências com Caracas. O mesmo se pode dizer no que se refere à reeleição de Álvaro Uribe na Colômbia, em maio de 2006 – candidato que mantém uma postura conservadora e convergente com os Estados Unidos da América (EUA).

A vitória de Calderón significou uma dissonância em relação às recentes eleições na América Latina, que levaram ao poder governos populistas e de esquerda. Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia representam a esquerda na América Latina e fazem coro com a política de Fidel Castro em Cuba; Michelle Bachelet no Chile, Alan García no Peru, Néstor Kirchner na Argentina e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil representam a esquerda moderada, adotando políticas econômicas ortodoxas e visando a resolução dos principais problemas nacionais por meio do fortalecimento das instituições democráticas.

² O sandinismo surge como grupo marxista cujos objetivos eram derrubar Anastacio Somoza, que exerceu autoridade política na Nicarágua entre as décadas de 1930 e 1970, e diminuir a influência dos EUA sobre o país. O termo sandinismo refere-se ao general Augusto César Sandino, líder do movimento guerrilheiro assassinado em meados dos anos 1930. Em função de uma rebelião liderada pela Frente de Libertação Nacional Sandinista (FLNS), braço político do Sandinismo, a família Somoza sai do poder em 1979. A partir de então, o país enfrentou uma guerra civil por onze anos, entre 1979 e 1990, quando eleições presidenciais concederam o poder para o Partido Liberal Constitucional (PLC) da oposição. A partir de 1979, quando a FLNS tomou o poder após a

rebelião, a expressão sandinista passou a se referir a membros ou simpatizantes da FLNS.

Referência

CARROLL, Rory – **Chávez sends oil to boost Ortega's election bid in Nicaragua**. *The Guardian*. Caracas, VE, 10 de outubro de 2006.

Realiza TEPJF cerimonia solemne para entregar constancia de presidente electo de los Estados Unidos

Mexicanos a Felipe Calderón Hinojosa – Boletín de Prensa N° 082/2006. México, D.F., a 6 de septiembre de 2006.

SALMERÓN, Isabel – **La unanimidad del Tribunal Electoral evitó mayor crispación política**. SIEMPRE. 06 de setembro de 2006.

U.S. Department of State – **Background Note: Mexico**. Bureau of Western Hemisphere Affairs. Dezembro de 2005.

Sites:

Biblioteca do Congresso dos EUA

<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Partido de la Acción Nacional (PAN)

<http://www.pan.org.mx/?P=43>

Partido de la Revolución Democrático (PRD)

<http://www.prd.org.mx/>

Senado de la República

<http://www.senado.gob.mx/>

SIEMPRE

<http://www.siempre.com.mx>

Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación

<http://www.trife.gob.mx/>

Ver também:

15/12/2005 – [Eleições no Chile](#)

16/02/2006 – [Resultado final das eleições no Chile](#)

16/02/2006 – [Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul](#)

18/05/2006 – [A nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)

17/06/2006 – [A Bolívia e o contexto regional](#)

20/06/2006 – [Alan García é eleito presidente do Peru](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

